Ata da Sessão Extraordinária do dia 19 de dezembro de 2014.

Às 10h14min do dia 19 de dezembro de 2014, no Plenário da Câmara Municipal, sito a Avenida São Francisco, 320, Primavera, reuniram-se em Sessão Extraordinária os vereadores: Adriano da Farmácia, Ayrton Zorzi, Braz Andrade, Dr. Paulo, Dulcinéia Costa, Flávio Alexandre, Gilberto Barreiro, Hamilton Magalhães, Hélio Carlos, Lilian Siqueira, Mário de Pinho, Maurício Tutty, Rafael Huhn e Wilson Tadeu Lopes. Após a chamada, ficou constatada a ausência do Ver. Ney Borracheiro. Aberta a Sessão, o Presidente solicitou ao 1º Secretário que procedesse à leitura das matérias constantes da pauta de convocação e do ofício de justificativa da ausência do Ver. Ney Borracheiro. Após a leitura, passou-se à votação das matérias constantes da **Ordem do Dia**. **Requerimento nº 48/2014 que solicita votação única para o Projeto de Lei nº 681/14**. O requerimento foi colocado em **única votação**, sendo aprovado por 13 (treze) votos. **Projeto de Lei nº 681/2014 que revoga os §§ 2º, 3º, 4º e 5º, do art. 164 da Lei Municipal n. 1.086/1971 e revoga o artigo 2º da Lei Municipal nº 5.421/13**. O Ver. Adriano da Farmácia disse que a última Sessão Extraordinária o pegou de surpresa. Pediu explicações a respeito do projeto ao Líder do Governo. O Ver. Wilson Tadeu Lopes afirmou que o projeto está revogando alguns parágrafos. Lembrou da aprovação no ano anterior a respeito da majoração do IPTU. Destacou ainda a revogação de alguns artigos nos meados de junho. Disse que não haverá nenhum reajuste de IPTU ao longo do ano, com apenas reajuste do INPC. O Ver. Hélio Carlos entende a preocupação do Ver. Adriano da Farmácia. Declarou que cabe aos vereadores de oposição esclarecer a população através das redes sociais de que não está acontecendo o aumento dos valores de IPTU. Comentou que há especuladores que desejam manter os valores baixos, causando transtornos. Pediu que não fossem transmitidas à população informações incorretas. O Ver. Dr. Paulo disse que a emenda foi aprovada e o projeto não foi encaminhado para conclusão. Comentou que em tese deveria ser cobrado o valor que estava cobrando. Dirigiu-se ao Ver. Hélio Carlos, dizendo que as redes sociais são livres para todos os lados. Comentou que a maldade maior está na votação de projetos em desfavor da população. Declarou que a atual correção é um mecanismo que a Câmara Municipal tem para reverter o erro que já foi cometido. Disse que nesse momento o Governo Municipal se redimiu e revogou a lei para corrigir o erro. Pediu que em 2015 a Câmara Municipal atuasse com segurança e tranquilidade. A Ver. Dulcinéia Costa acredita que a população entenderá o que está acontecendo. Comentou que o projeto pretende corrigir, retroagindo à forma original do Código Tributário Municipal. Declarou que existe o apoio da Câmara Municipal para que não haja danos à população. Sobre as publicações na *internet*, acredita também ser livre, cabendo o julgamento à população. O Ver. Flávio Alexandre parabenizou o Governo Municipal pelo envio do projeto retificador. Sugeriu que o Departamento de Comunicação compartilhasse em seus links que no próximo ano o IPTU será corrigido apenas pelo INPC. O Ver. Rafael Huhn afirmou que o projeto busca corrigir um erro do Poder Executivo, por meio do Secretário Douglas Dória, que apresentou um conteúdo e fez outra coisa. Solicitou ao Poder Executivo que não encaminhasse projetos de ordem tributária no final do ano. Declarou que a votação passa pela afirmação da correção do erro. Afirmou que mais uma vez foi transferida ao parlamento a necessidade de correção de um erro grave. Solicitou a preservação da relação diplomática entre Executivo e Legislativo. Questionou o motivo de encaminhar o projeto para votação na Sessão Extraordinária. Declarou que seu desconforto é muito grande. O Ver. Braz Andrade afirmou que a matéria é tranquila. Questionou o motivo pelo qual o projeto foi enviado para Sessão Extraordinária. Afirmou que os vereadores são questionados pela população, e o Secretário Douglas Dória não. Afirmou que vive num país democrático e a população é livre para expressar sua opinião na *internet*. Disse que o povo tem o direito de cobrar. O Ver. Maurício Tutty lembrou o seu discurso em que manifestou seu sentimento de paz. Afirmou que é desnecessário criar polêmica. Acredita que todos já sofreram com o assunto, inclusive o Prefeito Municipal que suspendeu a cobrança e trocou o Secretário da pasta. Afirmou que é necessário preservar o Parlamento e corrigir o que for necessário. O Ver. Ayrton Zorzi afirmou que o Secretário da pasta compareceu à Câmara Municipal no ano anterior e ludibriou os vereadores. Destacou que o Prefeito Municipal também foi enganado, segundo o Ver. Maurício Tutty. Questionou o motivo pelo qual Sr. Douglas Dória foi mantido como Secretário. Não mais havendo vereadores dispostos a discutir, o projeto foi colocado em **única votação**, sendo aprovado por 13 (treze) votos. E, nada mais havendo a tratar a sessão foi encerrada às 10h43min. Ficam fazendo parte integrante desta Ata os relatórios emitidos pelo sistema eletrônico de votação, composto pela Ata resumida da Reunião e pelos registros individualizados das proposições apreciadas e votadas. E, para constar, eu, Luiz Guilherme Ribeiro da Cruz, Analista Legislativo, lavrei a presente ata que após lida e achada conforme, vai assinada pelo Presidente e 1º Secretário da Mesa e por mim.

Sala das Sessões em 19 de Dezembro de 2014.

Gilberto Barreiro Mário de Pinho

Presidente da Mesa 1º Secretário